



## **LEI Nº 4.827 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026**

Autoria: Poder Executivo

Institui o Programa de Recuperação Fiscal da Fazenda Pública (REFIS 2026) do Município de Luziânia/GO e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Luziânia/GO – REFIS, constituído na forma autorizada por esta Lei, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários, ocorridos até dia 31 de dezembro de 2025, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

§ 1º O programa criado por esta Lei tem por objetivo buscar a solução consensual de conflitos e demandas, em atendimento ao art. 2º, § 1º da Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, evitando judicialização e oportunizando a regularização, bem como promovendo o incremento no ingresso da receita tributária.

§ 2º O crédito relacionado ao ITBI não será objeto de qualquer benefício desta Lei.

§ 3º A adesão à repactuação importa em renúncia de direito e desistência de todo e qualquer ato que tenha por objeto o crédito pactuado, incluindo os embargos à execução, exceções de pré-executividade, ações anulatórias ou qualquer ação de conhecimento, impugnações e requerimentos administrativos, assim como os recursos pendentes de apreciação, com renúncia do direito sob o qual se fundam.

§ 4º Não serão objeto dos benefícios previstos nesta Lei as custas judiciais, honorários advocatícios e as demais despesas relativas ao processo judicial, que poderão ser incluídas nas parcelas no ato da adesão.

§ 5º A negociação de créditos ajuizados obedecerá ao que dispõe a Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal) e Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no que se referir a cobrança de honorários e custas



processuais, devendo seu valor ser calculado sobre o numerário final resultando da adesão ao REFIS.

Art. 2º O crédito tributário favorecido será o montante obtido pela soma do valor principal do tributo, da multa e dos juros de mora apurados na data do pagamento à vista ou do vencimento da parcela.

Art. 3º As medidas facilitadoras para quitação de débitos compreendem:

I – remição ou redução da multa e dos juros de mora;

II – parcelamento do crédito nas seguintes condições:

a) em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com exceção da primeira parcela que poderá ter valor diferenciado, quando o débito for inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

b) em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, quando o débito for igual ou superior R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º A remissão, total ou parcial, dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, obedecerão a forma abaixo delineada:

PERCENTUAL DE DESCONTO			
Itens	Forma de Pagamento	Juros	Multa
01	À Vista	100%	100%
02	Em 02 parcelas	95%	95%
03	Em 03 parcelas	90%	90%
04	Em 04 parcelas	85%	85%
05	Em 05 a 12 parcelas	80%	80%
06	Em 13 a 24 parcelas	75%	75%
07	Em 25 a 60 parcelas débitos acima de R\$ 100.000,00	70%	70%

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I – R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa física;

II – R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) para pessoa jurídica enquadrada no Simples Nacional ou para o Microempreendedor Individual – MEI;

III – R\$ 300,00 (trezentos reais) nos demais casos.



§ 2º Fica vedada a adesão ao REFIS pelo contribuinte que tenha sido beneficiado por outro REFIS nos últimos três anos, referente ao mesmo débito anteriormente negociado.

§ 3º Fica vedado o parcelamento relativo a débitos já parcelados.

I – por ocasião da adesão, o sistema emitirá alerta, bem como o servidor consultará se há reincidência de estorno de parcelamento, ocasião em que, sendo o aderente reincidente, ser-lhe-á indeferido o acesso ao REFIS.

§ 4º Tratando-se de débitos inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva, as custas processuais e os honorários advocatícios deverão ser pagos na forma dos §§ 4º e 5º, do artigo 1º desta Lei, suspendendo-se a execução após a confirmação do pagamento, pelo prazo do parcelamento.

§ 6º O vencimento da segunda parcela ocorrerá em 30 (trinta) dias após o pagamento da primeira prestação, que deverá ser promovida no ato da adesão ao parcelamento, sendo que as seguintes ocorrerão sempre 30 (trinta) dias após.

§ 7º A opção pelo REFIS importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, até o pagamento integral dos débitos fiscais.

Art. 5º O parcelamento do crédito tributário favorecido não poderá ser renegociado novamente.

Art. 6º A adesão ao REFIS implica:

I – na confissão irrevogável e irretratável dos débitos exigíveis;

II – na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III – na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;

IV – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

V – no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente.

Art. 7º Na consolidação dos débitos, o saldo devedor do contribuinte optante será atualizado pelo índice de correção monetária SELIC, em atendimento à emenda constitucional nº 113/2021.

Art. 8º O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

I – por meio de formulário próprio;



II – distinto para cada tributo, com discriminação dos respectivos valores e quantidade de parcela, quando o aderente optar pelo parcelamento;

III – assinado pelo devedor ou seu representante legal.

Art. 9º Constitui causa para exclusão ao REFIS:

I – o atraso no pagamento da entrada ou das despesas processuais;

II – o atraso no pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas ou alternadas;

III – o descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

IV – a decretação da falência ou insolvência do devedor, bem como o encerramento, regular ou irregular, da pessoa jurídica;

V – a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária pelo cumprimento da repactuação;

VI – a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

Parágrafo único. A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do REFIS Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 10. O programa de incentivo à arrecadação terá ainda como escopo a regularização do cadastro imobiliário fiscal, buscando a correta definição do sujeito passivo da obrigação tributária.

Parágrafo único. A concessão do desconto previsto nesta Lei dependerá da atualização da titularidade junto ao cadastro imobiliário.

Art. 11. O benefício previsto nesta Lei não implica em direito adquirido para os contribuintes que já tenham seus débitos com respectiva incidência de juros e multa.

Art. 12. Não inclui no REFIS as despesas decorrentes do protesto dos débitos fiscais, os quais deverão ser pagos diretamente ao Cartório de Protesto.

Art. 13. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar procedimentos necessários à compensação de créditos tributários e não tributários com créditos de particulares sob a responsabilidade de pagamento pelo erário municipal.



Art. 14. O programa instituído por esta Lei deve ser coordenado e executado pela Secretaria Municipal de Finanças, ficando o seu titular autorizado a baixar as regulamentações necessárias à sua plena execução.

Art. 15. O prazo para adesão ao REFIS encerra-se em 19 de dezembro de 2026.

Art. 16. A Administração Pública Municipal promoverá ampla divulgação publicitária do programa de recuperação e incentivo estabelecido nesta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, data da assinatura eletrônica.

---

**DIEGO VAZ SORGATTO**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**